

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A
CNPJ 34.105.205/0001-53

continua

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Apresentamos, para apreciação de V.Sas. As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2014, ficando a disposição para qualquer esclarecimento. A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013					DEMONSTRAÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013			
ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013	CONTAS	2014	2013
ATIVO CIRCULANTE	71.772.353,54	67.283.084,34	PASSIVO CIRCULANTE	56.555.547,35	56.988.489,16	RECEITA OPERACIONAL	41.318.982,36	31.431.524,38
DISPONÍVEL	820.862,06	35.158,34	FORNECEDORES	2.312.283,61	514.954,25	RECEITA IMOBILIÁRIAS	35.594.766,83	26.019.720,69
BANCOS	820.862,06	35.158,34	OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	33.621,57	6.149,24	SERVIÇOS COMERCIAIS	201.194,24	280.585,52
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	70.818.765,88	67.079.069,13	OBRIG. PREVIDENCIÁRIAS	204.926,97	266.953,08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	759.201,35	385.159,32
CONTAS A RECEBER - IPTU	40.774.431,74	45.372.039,95	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	47.946.077,77	51.864.282,63	SUBVENÇÕES ESTADUAIS	4.763.819,94	4.746.058,85
PERMISSIONÁRIOS	21.248.152,32	20.161.664,15	CONSIGNAÇÕES A RECOLHEF	337.469,45	137.337,49	DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(3.523.854,40)	(2.223.552,71)
PROVISÃO PARA DEV. DUVIDOSOS	(4.124.419,76)	(3.991.187,40)	PENSÃO ALIMENTÍCIA A PAGAR	73,67	73,67	IMPOSTO FATURADO	(3.523.854,40)	(2.223.552,71)
IMPOSTOS A RECUPERAR	4.489,99	4.489,99	PARCELAMENTO PGFN/SRF	1.015.496,69	937.381,56	LUCRO BRUTO	37.795.127,96	29.207.971,67
ADIANT. A FUNCIONÁRIOS	4.000,00	-	CREDORES P/ CAUÇÃO	4.667.371,42	2.964.063,20	DESPESAS OPERACIONAIS	(30.090.218,17)	(25.218.281,35)
BLOQUEIOS BANCÁRIOS	2.179.118,30	2.092.885,17	PROVISÃO P/ IRPJ	38.226,20	212.958,35	PESSOAL	(15.456.948,69)	(10.075.163,16)
DEP. JUNTO AO TESOURO EST.	10.627.508,50	3.333.692,48	PROVISÃO P/ CSSL	-	84.335,69	MATERIAL DE CONSUMO	(172.204,66)	(106.631,06)
TÍT. A REC. DE EMP. ESTADUAIS	5.653,62	5.653,62	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	11.239.610,57	12.176.992,13	SERVIÇOS E SEGUROS	(14.005.221,42)	(9.948.126,16)
OUTROS DIREITOS REALIZÁVEIS	99.831,17	99.831,17	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	11.239.610,57	12.176.992,13	ENCARGOS/IMPOSTOS E TAXAS	(444.729,60)	(5.390.191,93)
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	112.429,18	111.147,64	PARCELAMENTO PGFN/SRF	4.974.441,94	5.911.823,50	DEPRECIACÃO/AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(672.134,32)	(656.017,23)
ALMOXARIFADO	112.429,18	111.147,64	PROVISÕES	6.265.168,63	6.265.168,63	BAIXA DO IMOBILIZADO	(5.477,94)	-
VALORES PENDENTES A C/ PRAZO	20.296,42	57.709,23	PROV. INDENIZ. TRABALHISTA	3.305.456,65	3.305.456,65	PROVISÕES	(133.232,36)	-
DESPESAS A APROPRIAR	20.296,42	57.709,23	PROV. P/ IR/C.S.S.L. - CONTEN	2.959.711,98	2.959.711,98	VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVAS (TRANFEF	12.885.342,82	15.930.665,28
ATIVO NÃO CIRCULANTE	13.580.454,30	13.191.760,02	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33.789.955,39	11.309.363,07	VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVAS (TRANF	(12.085.612,00)	(14.972.617,09)
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	409.735,31	303.781,95	CAP. SOCIAL REALIZADO	33.788.930,85	33.788.930,85	LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL	7.704.909,79	3.989.690,32
DEPÓSITO JUDICIAL	42.650,60	41.100,12	RESERVA DE CAPITAL	1.024,54	1.024,54	RECEITAS FINANCEIRAS	440.939,64	567.357,88
DEPÓSITO RECURSAL	948.639,50	123.181,06	RESULTADO ACUMULADO	(16.232.305,47)	(26.534.154,45)	DESPESAS FINANCEIRAS	(641.645,07)	(97.364,39)
ATIVO PERMANENTE	12.179.428,89	12.723.696,89	RESULTADO ACUMULADO	(22.480.592,32)	(18.083.668,61)	RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	116.143,36	22.906,06
INVESTIMENTOS	20.001.491,27	20.001.491,27	PREJ. EXERC. ANTERIORES	-	(8.501.324,10)	DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(54.640,01)	(131.733,70)
INCENTIVOS FISCAIS - FINOR	159,47	159,47	AJUSTE DO EXERC. ANTERIOF	(9.632,33)	50.838,26	RESULTADO ANTES DA PROVISÃO DO IRPJ/I	7.565.707,71	4.350.856,17
PROJETOS EM ANDAMENTO	301.659,92	301.659,92	RESULTADO DO EXERCÍCIO	6.257.919,18	4.053.562,13	PROVISÃO DO IRPJ/CSSL	(1.307.788,53)	(297.294,04)
BENS IMÓVEIS	19.699.671,88	19.699.671,88				LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	6.257.919,18	4.053.562,13
IMOBILIZADO	(7.822.062,38)	(7.277.794,38)						
BENS IMÓVEIS	11.388.505,16	11.388.505,16						
BENS MÓVEIS	2.204.780,04	2.077.848,72						
(-) DEPREC/AMORT/EXAUSTÃO	(21.415.347,58)	(20.744.148,26)						
TOTAL DO ATIVO	85.352.807,84	80.474.844,36	TOTAL PASSIVO	85.352.807,84	80.474.844,36			

DEMONSTRAÇÃO COMPARATIVA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013					DEMONSTRAÇÃO COMPARATIVA DE LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013		
CONTAS	CAPITAL REALIZADO	RESULTADOS ACUMULADOS	ADIANT. ACION. P/ AUMENTO DE	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONTAS	2014	2013
SALDOS EM 31 DE DEZ DE 2012	33.788.930,85	(26.584.992,71)	1.024,54	7.204.962,68	PREJUÍZOS ACUMULADOS	(22.480.592,32)	(26.584.992,71)
LUCRO DO EXERCÍCIO	-	4.053.562,13	-	4.053.562,13	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(9.632,33)	50.838,26
AJUSTE DE EXERC. ANTERIORES	-	50.838,26	-	50.838,26	LUCRO DO EXERCÍCIO	6.257.919,18	4.053.562,13
SALDOS EM 31 DE DEZ DE 2013	33.788.930,85	(22.480.592,32)	1.024,54	11.309.363,07	TOTAL	(16.232.305,47)	(22.480.592,32)
LUCRO DO EXERCÍCIO	-	6.257.919,18	-	6.257.919,18	FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO-MÉT. INDIR.	2014	2013
AJUSTE DE EXERC. ANTERIORES	-	(9.632,33)	-	-	CAIXA GERADO NO PERÍODO	(785.703,72)	521.438,33
SALDOS EM 31 DE DEZ DE 2014	33.788.930,85	(16.232.305,47)	1.024,54	17.557.649,92	1) CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPER	912.635,04	(693.904,49)
NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014. NOTA 01 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nos Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos e nas práticas emanadas pela Lei das Sociedades por Ações - 11.638/2007 e demais normas complementares, sendo que a adoção das novas práticas contábeis em convergência com as normas internacionais para elaboração de relatórios financeiros, não foi integralmente contemplada. NOTA 02 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS-a) Regime de Escrituração - Por tratar-se de uma S/A - Sociedade Anônima, o regime para registro das mutações ocorridas no exercício é o de competência. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. b) Contas a Receber - IPTU - Representada pela dívida da ACEGRI - Associação Comercial dos Usuários da Ceasa-RJ, com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Em conformidade com o acordo judicial homologado em juízo, entre CEASA-RJ X ACEGRI, em 29/04/1998. c) Permissionários - Estão contabilizados pelo valor da contraprestação a ser recebida, oriunda dos TPRUs - Termo de Permissão Remunerada de Uso, e são registradas em conformidade com o regime contábil de competência, deduzidos da Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. Levou-se em consideração o histórico e o risco envolvido em cada operação. d) Bloqueios Bancários - Estão classificados de forma analítica e representam valores bloqueados pelo juízo, a fim de garantir as indenizações dos processos de reclamações trabalhistas no montante de R\$ 2.179.118,30 (dois milhões cento e setenta e nove mil cento e dezoito reais e trinta centavos). e) Depósito Junto ao Tesouro Estadual - São valores recebidos oriundos de TPRUs e transferidos para a conta do Tesouro Estadual para cobrir as diversas obrigações mensais da Empresa, e, tais obrigações somente são pagas com autorização da Direx - Diretoria Executiva. f) Almojarifado - Os estoques em almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, que não supera o valor de mercado ou o custo de reposição. Quando aplicável, a provisão para perdas nos estoques é constituída com base em estimativa e considerando dados históricos da Administração. Quando aplicável, a provisão para perdas nos estoques é constituída com base em estimativa e considerando dados históricos da Administração.							

g) Despesas a Apropriar - Representadas principalmente por despesas no valor de R\$ 20.296,42 (vinte mil duzentos e noventa e seis reais e quarenta e dois centavos) e são inerentes às operações da Empresa estando registradas no Ativo Circulante, sendo apropriadas mensalmente ao resultado pelo regime de competência. h) Diversos Responsáveis - Estão classificados de forma analítica, em conformidade com a orientação da ASCOI - Assessoria de Controle Interno e representam responsabilidades de ex-diretores. Tais valores somente serão baixados após apreciação e pronunciamento do TCERJ - Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. i) Depósito Judicial - Estão classificados de forma analítica e representam valores depositados em juízo, alusivos a processos de reclamações judiciais em andamento, a saber:



AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ouvidoria@agetransp.rj.gov.br
www.agetransp.rj.gov.br

Barcas, Metrô, Trem e Rodovias Estaduais Pedagiadas

OUVIDORIA

0800 285 9796

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A
CNPJ 34.105.205/0001-53

continuação

NOTA 03 – PASSIVO CIRCULANTE – As contas do Balanço Patrimonial da Ceasa-RJ, que compõe o Passivo Circulante, foram transcritas do Balanço encerrado em 31/12/2014, a fim de representar uma uniformização dos entendimentos e interpretações contábeis e gerar um grau de revelação suficiente para a compreensão da situação patrimonial da Entidade. **NOTA 04 – IPTU ÁREA OPERACIONAL** – Foi contabilizado o IPTU da área operacional - Unidade I – Grande Rio e Unidade de São Gonçalo, dos exercícios de 1998 a 2011, no valor de R\$ 45.371.839,95 (quarenta e cinco milhões trezentos e setenta e um mil oitocentos e trinta e nove reais e noventa e cinco centavos). Tal obrigação está registrada no Passivo Circulante na conta contábil 212151100 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS. Como contrapartida, lançados no Ativo Circulante – conta contábil 112192200 – TAXAS E MULTAS A RECEBER, a fim de representar a equação contábil e registrar o direito da CEASA-RJ, face o acordo judicial com a ACEGRI – Associação Comercial dos Produtores Usuários da Ceasa Grande Rio - não estar sendo cumprido. A Diretoria Executiva, por meio do Departamento Jurídico, ingressou com petição nos autos do processo 0004918-50.1997.8.19.0001, requerendo o cumprimento da sentença, transitada em julgado, exigindo o pagamento de todo o IPTU, desde o início da vigência do acordo até o exercício/2011. A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, através da Lei 5.546 de 27 de dezembro de 2012 instituiu o PPI Carioca – Programa de Pagamento Incentivado de Débitos Tributários, onde a Acegri e Ceasa-RJ requereram o parcelamento da dívida de IPTU da área operacional, referente ao período de 1998 a 2011, que será pago em 84 (oitenta e quatro) parcelas e tais valores vem sendo honrados mensalmente por aquela Associação. **NOTA 05 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS** - a Empresa aderiu ao Programa Especial de Parcelamento de Débitos Tributários e Previdenciários para com a RFB – Receita Federal do Brasil e PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, instituído pela Lei 11.941/2009. Tais débitos estão classificados no Passivo Circulante e referem-se a Cofins/Pasep/CSSL/IRRF/IRPJ/INSS Empregado e Empregador. As parcelas mensais estão corrigidas pela Taxa Selic e vem sendo pagas de acordo com o prazo previsto em lei, e no exercício/2014 representou o total de R\$ 937.381,56 (novecentos e trinta e sete mil trezentos e oitenta e um reais e cinquenta e seis centavos). Nesta conta estão classificados ainda, os valores de IPTU, NOTA 4, e salário educação no valor de R\$ 240.344,11 (Duzentos e quarenta mil trezentos e quarenta e quatro reais e onze centavos) e FGTS no total R\$ 5.839,07 (Cinco mil oitocentos e trinta e nove reais e sete centavos), perfazendo o total de R\$ 46.575.080,59 (quarenta e seis milhões quinhentos e setenta e cinco mil oitenta e nove centavos). **NOTA 06 – CREDORES POR CAUÇÃO** – A empresa tem a responsabilidade pela guarda de valores recebidos de permissionários e que montam em R\$ 4.667.371,42 (quatro milhões seiscentos e sessenta e sete mil trezentos e setenta e um reais e quarenta e dois centavos) e estão classificados na conta de Depósitos de Diversas Origens e Credores por Caução, a fim de cobrir possíveis débitos em caso de rescisão contratual do TPRU - Termo de Permissão Remunerada de Uso.

Nota 02 – ESPECIFICAÇÃO DA CONTA	SALDO INICIAL	INGRESSOS	BAIXAS	SALDO FINAL
INVESTIMENTOS	20.001.491,27			20.001.491,27
IMOBILIZADO	-7.277.794,38			-7.277.794,38
Depreciação Acumulada (-)	20.744.148,26			21.415.347,58
BENS IMÓVEIS	11.388.505,16			11.388.505,16
Edifícios	2.067.441,52			2.067.441,52
Terrenos	382.405,97			382.405,97
Instalações	8.938.657,67			8.938.657,67
BENS MÓVEIS	2.077.848,72			2.203.580,04
Máquinas, Motores e Aparelhos	748.138,36	52.792,00		800.930,36
Mobiliário em Geral	282.884,15	42.771,68		325.655,83
Mat. Art. E Instr. de Música	6.142,00			6.142,00
Ferramentas e Utensílios	278,00			278,00
Material P/ Escrit. Biblioteca	153,03			153,03
Utensílios de Copa e Cozinha	9.000,00	6.896,07		15.896,07
Mat. Permanente Acampamento	210,72			210,72
Veículos de Tração Pessoal	1.345,00			1.345,00
Equip. Proc. de Dados	167.794,77	20.991,51		188.786,28
Equip. Utens. Hosp. p/ Uso	5.800,00		3.960,00	5.800,00
Equip. Aparelhos de Som	605.912,88		5.477,94	601.952,88
Automóveis e Caminhões	249.033,81			243.555,87
Móveis e Materiais Escolares	1.156,00	11.718,00		12.874,00

Nota 04- FAVORECIDO	EXERCÍCIO	VALOR
Prefeitura Cidade do RJ	1998	1.879.963,32
Prefeitura Cidade do RJ	1999	1.904.673,41
Prefeitura Cidade do RJ	2000	5.352.051,95
Prefeitura Cidade do RJ	2001	4.169.415,61
Prefeitura Cidade do RJ	2002	3.662.797,40
Prefeitura Cidade do RJ	2003	6.842.446,90
Prefeitura Cidade do RJ	2004	4.171.747,13
Prefeitura Cidade do RJ	2005	3.859.827,06
Prefeitura Cidade do RJ	2006	3.547.821,24
Prefeitura Cidade do RJ	2007	3.250.369,24
Prefeitura Cidade do RJ	2008	2.937.081,99
Prefeitura Cidade do RJ	2009	2.619.850,38
Prefeitura Cidade do RJ	2010	737.125,83
Prefeitura Mun. de SG	2011	1.393.725,95
TOTAL		46.328.897,41

Nota 05 – VAL. DIVIDA	TOTAL PAGC VLR A PAGAR
5.911.823,50	937.381,56
	4.974.441,94

continuação NOTA 10 – CAPITAL SOCIAL – O capital social da Companhia é de R\$ 33.788.930,85 (Trinta e três milhões setecentos e oitenta e oito mil novecentos e trinta reais e oitenta e cinco centavos) constituído de 3.348.900 ações ordinárias, sem valor nominal e está constituído da seguinte forma:

COMPOSIÇÃO	2014	2013
Governo do Estado do RJ	33.778.186,27	33.778.186,27
Acionistas Minoritários	10.744,58	10.744,58
TOTAL	33.788.930,85	33.788.930,85

NOTA 11 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - Nesta conta foram registrados valores de despesas com fornecedores que não foram contabilizadas no exercício/2013 no importe de R\$ 10.342,33 (dez mil trezentos e quarenta e dois reais e trinta e três centavos). Em contrapartida, foi contabilizada receita referente a cobrança ao Detran-RJ, do mês de dezembro/2013 no valor de R\$ 710,00 (setecentos e dez reais). Desta forma, com os ajustes ora mencionados, o resultado do exercício/2013. Passou a ter a seguinte configuração:

Resultado Acumulado Exercício/2013	-26.534.154,45
Resultado	4.053.562,13
Ajustes Positivos	710,00
Ajustes Negativos	-10.342,33
Resultado Exercício/2013 Ajustado	4.053.562,13
Resultado Acumulado Ajustado	-22.490.224,66

continuação NOTA 13 - para comercialização de hortifrutigranjeiros de todo o Estado do Rio de Janeiro.

NOTA 14 – NOTAS EXPLICATIVAS – São partes integrantes das Demonstrações Financeiras que foram encerradas em 31/12/2014 e referem-se ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 das operações realizadas pelas CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A. PAULO JOBIM FILHO DIRETOR PRESIDENTE CPF 032.213.937-68 - KENNEDY DE ASSIS MARTINS DIRETOR DE ADM. E FINANÇAS CPF 407.689.377-87 - JOSÉ PINHEIRO FILHO DIRETOR TÉCNICO CPF 345.128.887-72 - ROGÉRIO BERRUEZO DIRETOR OPERAC. GESTÃO UNID. ABAST. ARMAZENAMENTO CPF 241.170.997-87 - ALBERTO CORRÊA E CASTRO NETO DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO VENILTON NANTES DE FARIAS CPF 012.945.807-44 CONTADOR CPF 444.986.327-53 CRC-RJ 086701/0.

PARECER DA AUDITORIA INTERNA Aos Ilmos. Srs. Membros do Conselho Fiscal e de Administração. 1) Examinamos o Balanço Patrimonial das Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S/A - CEASA RJ encerrado em 31 de dezembro de 2014, e respectivas Demonstrações de Resultado do Exercício, Fluxo de Caixa, Mutação do Patrimônio Líquido e de Lucros e Prejuízos Acumulados, bem como as notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas emanadas pela Lei das Sociedades por Ações – 6.404/1976 e alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 demais normas complementares. 2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de Auditoria geralmente aceitas e, compreendemos, entre outros procedimentos: a) planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábeis e de controle internos da entidade; b) a constatação, com base em teste, das evidências dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas contábeis e estimativas mais representativas adotadas pela administração da sociedade, bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S/A, em 31 de dezembro de 2014 e o resultado de suas operações, do Fluxo de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido e de Lucros e Prejuízos Acumulados findo naquela data, foram elaborados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, aplicados com uniformidade em relação ao exercício anterior. Assim sendo, opina esta Auditoria Interna que a Prestação de Contas dos Ordenadores de Despesas da CEASA-RJ relativa ao exercício de 01/01 a 31/12/2014 é REGULAR. Rio de Janeiro, 16 de março de 2015. Alexandre Borges Contador CRC-RJ 060.236-6 - Bruno Raphael Garcez Pinto Assessor de Controle Interno MAT. 30.160-6.

PARECER DO CONSELHO FISCAL - REF.: PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2014 – Os membros do Conselho Fiscal da CEASA – RJ – Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das notas explicativas e dos pontos analisados no referido exercício e que estão registrados nas atas de suas reuniões com as devidas sugestões. Com base neste exame, endossamos o Parecer da Assessoria de Controle Interno, concluindo que as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa e estão em condições de serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas, para aprovação. É o Parecer. Rio de Janeiro, 07 de abril de 2015. ALFEM DUTRA DA ROSA NETTO Presidente do Conselho - FRANCISCO PEREIRA IGLESIAS Conselheiro - JOSE FRANCISCO CHAOS CABANAS Conselheiro - SIMONE RIBEIRO DOS SANTOS Conselheira.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Nós abaixo assinados, membros eleitos do Conselho de Administração das CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S. A. - CEASA-RJ, no uso de uma de nossas atribuições estatutárias, declaramos para todos os fins e efeitos que louvados nos Pareceres da Assessoria de Controle Interno, do Conselho Fiscal da empresa e nos exames que procedemos no Balanço Patrimonial e seus acessórios, referente ao exercício social encerrado aos 31 de dezembro de 2014, concordamos com os pareceres da Auditoria Interna e do Parecer do Conselho Fiscal, que as demonstrações contábeis da empresa representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S/A – CEASA em 31 de dezembro de 2014, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e do fluxo de caixa referente ao exercício findo naquela data e de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações - 6.404/1976 e alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e demais normas complementares e que as demonstrações financeiras contábeis foram apresentadas no pressuposto da continuidade normal das atividades da Empresa, sendo apresentado um lucro no final do exercício portanto merecem nossa aprovação e da Assembleia Geral dos Acionistas. Rio de Janeiro, 08 de maio de 2015. José Luis Anchite Presidente do Conselho de Administração - Paulo Jobim Filho Vice-Presidente do Conselho de Administração - Nea Cristina Mariozz Coelho Membro Representante do Governo - Sebastião Rodrigues Pinto Neto Membro Representante do Governo - Luiz Fernando Cambráia Anchite Membro Representante do Governo - Margarete Carvalho Teixeira Membro Representante dos Produtores Rurais - André Luiz dos Santos Dias Membro Representante dos Funcionários - Waldir de Lemos Membro Representante dos Atacadistas - Antônio Carlos Morett Silva Membro Representante dos Acionistas Minoritários.

Id: 1843441

QUALITY SOFTWARE S/A
CNPJ nº 35.791.391/0001-94 - NIRE nº 33.3.0027960-1
Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 3 de junho de 2015, (Lavrada sob a forma de sumário, de acordo com a autorização contida no parágrafo 1º do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76).
1. **Data, Hora e Local**: No dia 3 de junho de 2015, às 12:00 horas, na sede da Quality Software S/A, localizada na Avenida Rio Branco nº 114, 4º andar - parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.040-001.
2. **Convocação**: Regular, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração.
3. **Presença**: David Estevam de Brito, Julio Cesar Estevam de Brito Junior e Julio Cesar Estevam de Brito.
4. **Composição da Mesa**: Presidente - David Estevam de Brito; e Secretário - Julio Cesar Estevam de Brito.
5. **Ordem do Dia**: (i) eleição dos membros da Diretoria da Companhia; 6. **Deliberações**: Foram aprovadas, por unanimidade de votos, as seguintes deliberações: (i) Reeleger, para o cargo de **Diretor Presidente, Diretor Financeiro e de Relação com Investidores**, o Sr. **Julio Cesar Estevam de Brito Junior**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, bacharel em Administração, residente e domiciliado na Rua Prudente de Moraes 1033/703 - Ipanema - Rio de Janeiro - RJ, portador da carteira de identidade nº 12473147-2 do IFP inscrito no CPF/MF sob o nº 086.463.077-86; e, para o cargo de **Diretor Vice-**

Presidente e Diretor Tecnológico, o Sr. **Caio Serodio Nogueira**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bacharel em informática, residente e domiciliado na Rua Murilo Portugal 76/703 - São Francisco - Niterói - RJ, portador da carteira de identidade nº 097.376.60-2 do IFP/RJ inscrito no CPF/MF sob o nº 022.402.017-03; e, para o cargo de **Diretor Comercial**, o Sr. **Roberto Pereira Ave Faria**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, analista de sistemas, residente e domiciliado na Rua Santa Rosa 164/1501 - Santa Rosa - Niterói - RJ, portador da carteira de identidade nº 105.448.26-0 do IFP/RJ inscrito no CPF/MF sob o nº 086.290.687-36; (ii) A posse dos Diretores ora eleitos está condicionada à declaração de que cumprem, sob as penas da lei, todos os requisitos previstos no Artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM 367/02 para a sua investidura como Diretor da Companhia e a assinatura do respectivo Termo de Posse e das Declarações a que se refere à Instrução CVM 367/02 e do Termo de Adesão ao Regulamento do Novo Mercado da BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, conforme aplicável. Os Diretores ora eleitos deverão cumprir mandato unificado de 2 (dois) anos, na forma do Parágrafo 1º, do art. 12º do estatuto Social da Companhia. Fica estabelecido que os demais cargos permanecem vagos para serem oportunamente preenchidos. (iii) a remuneração anual global da Di-

retoria foi aprovada na Assembléia Geral realizada em 30 de abril de 2015, e serão divididos entre os seus membros. (iv) Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Reunião do Conselho de Administração na forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º, da Lei nº 6.404/76. 7. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Reunião do Conselho de Administração, cuja ata após lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes: **Mesa**: David Estevam de Brito - *Presidente*; Julio Cesar Estevam de Brito - *Secretário*; **Membros do Conselho de Administração**: David Estevam de Brito, Julio Cesar Estevam de Brito Junior e Julio Cesar Estevam de Brito. Certifico que a presente é cópia fiel da original, lavrada no livro próprio. Rio de Janeiro, 03 de junho de 2015.

Id: 1844095

IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A.
CNPJ/MF nº 33.337.122/0001-27 - NIRE 33.3.0029040-1
Ata da AGOE Realizada em 30 de abril de 2015, às 14 horas. **Certidão**: Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Nome: Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. Nire: 33.3.0029040-1. Protocolo: 00-2015/167273-3 em 26/05/2015. Certifico o Deferimento em 27/05/2015, e o registro sob o número e data abaixo. 00002766844. Data: 28/05/2015. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

Id: 1843873